

Cooperação técnica, desenvolvimento turístico e cidades criativas: potencialidades para o Mercosul¹

Mary Sandra Guerra ASHTON²

Edegar Luis TOMAZZONI³

Magnus Luiz EMMENDOERFER⁴

Resumo: Esse estudo teórico tem o objetivo de discutir o potencial da cooperação técnica para o desenvolvimento do turismo em cidades criativas no âmbito do Mercosul. Para tanto, foram empregados os métodos bibliográfico e documental, cujos dados coletados foram cotejados a luz do objetivo deste estudo em articulação com os conteúdos dos trabalhos referenciados. Como resultados, foram identificadas potencialidades para o desenvolvimento turístico de cidades criativas por meio de mecanismos de cooperação técnica entre os países do Mercosul e com outros países ou blocos socioeconômicos. Vale acrescentar que este resultado apresenta oportunidades tanto para a comunidade universitária, quanto para os egressos da mesma, ao considerar cooperação técnica em cidades criativas como uma diretriz instrumentalizável para políticas e práticas de planejamento em prol do desenvolvimento turístico.

Palavras-chave: Turismo. Criatividade. Desenvolvimento Local. Parcerias. Internacionalização.

Introdução

As cidades criativas figuram na agenda mundial desde 2004, quando a *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO) criou a Rede de Cidades Criativas, no intuito de requalificar os espaços urbanos para o reconhecimento e difusão de novas práticas culturais e novos investimentos econômicos, que possam gerar riquezas socioeconômicas e culturais (Valverde, 2012). As cidades criativas são ambientes diferenciados, pois são mais dinâmicas, interativas e atraentes, além de buscar a valorização da história e da cultura da população. São constituídas de elementos de criatividade e de inovação, baseadas no conhecimento humano, como fator gerador de economia e de qualidade de vida nos centros urbanos (Landry, 2013). Desse modo, valorizando a produção e o consumo fundados na cultura da criatividade, ou seja, aquilo que não pode ser copiado – o substrato cultural – componente inerente da sociedade.

¹ Esse trabalho é resultado de uma parceria interinstitucional de três projetos científicos: 1) Cidades Criativas e Turismo: análise das dinâmicas de produção e consumo turístico e seu reflexo no desenvolvimento socioeconômico (CNPq Processo 408841/2013-3); 2) Cooperação Técnica em Turismo no Mercosul (CNPq Processo 408452/2013-7); 3) Centros históricos como territórios criativos em cidades luso-brasileiras: critérios para denominação, análise e inovação como subsídios para políticas públicas (Estágio pós-doutoral - Processo CAPES - BEX-1254/14-6).

² Doutora em Comunicação Social – PUCRS, Brasil. Pesquisadora e Docente no Mestrado em Indústria Criativa. Universidade Feevale, Novo Hamburgo, RS, Brasil. E-mail: marysga@feevale.br

³ Doutor em Ciências da Comunicação, Linha de Pesquisa em Turismo – ECA/USP. Pesquisador e Docente PROMUSPP e PPGTUR, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. E-mail: eltomazzoni@usp.br

⁴ Doutor em Ciências Humanas: Sociologia e Política, Universidade de Minas Gerais. Docente PPGAdm e Líder do Grupo de Pesquisa em Gestão e Desenvolvimento de Territórios Criativos na Universidade Federal de Viçosa, MG, Brasil. E-mail: magnus@ufv.br

As cidades criativas utilizam o capital cultural criativo da população, promovendo novos arranjos, criando novos produtos e gerando novos consumos, transformando as preferências pessoais (Miranda, 2009). Assim, observa-se que se tornam alvo dos turistas na atualidade, pois a atmosfera composta pela diversidade cultural das cidades criativas atrai grandes fluxos turísticos, em razão da geração de produtos e de serviços diferenciados (Andersson, 2005). Soma-se a isso o surgimento do turismo criativo com a proposta de consumir a experiência de uma vivência cultural local (Richards, 2013), envolvendo uma mudança de valores na produção e no consumo turístico (Ashton, 2013).

A presença de turistas gera aumento nas oportunidades de emprego e renda, portanto, de benefícios para a comunidade receptora (Reis e Kageyama, 2011). Florida (2011) enfatiza a importância do turismo entre os fatores geradores de desenvolvimento, porque os turistas buscam experiências por meio do consumo de produtos no local da produção, gerando ambiente determinante do desenvolvimento regional.

Conforme Reis (2012), a produção e o consumo de bens e serviços nas cidades criativas promovem o desenvolvimento baseado na cultura, portanto, não podem obedecer a nenhum modelo importado, devem-se produzir para os residentes e visitantes em permanente estado de inovação, repensando o viver na cidade e propondo novos usos do patrimônio. As cidades criativas buscam a competitividade econômica e a qualidade de vida urbana (Landry, 2013). A criatividade surge como diferencial competitivo, gerando produtos e serviços com propostas novas e ensejando novas vocações para as cidades.

Para tanto, as cidades criativas enfrentam novos desafios, entre eles a capacitação para o trabalho qualificado, o envolvimento da sociedade civil no processo de produção, de fruição dos bens e do consumo desses bens, além da necessidade de governança. Nesse aspecto, a cooperação técnica se reapresenta no século XXI como uma forma de contribuir para o adensamento das relações entre as pessoas de diferentes regiões e países, para a ampliação de intercâmbios, para a geração, disseminação e utilização de conhecimentos técnicos, a troca e transferência de conhecimento e tecnologia, para a capacitação de pessoas e fortalecimento de instituições com vistas ao seu desenvolvimento e em benefício da sociedade (OCDE, 2012).

Embora estudos sobre cooperação técnica não sejam uma novidade, observa-se que nos últimos 30 anos têm sido poucos e pontuais, bem como escassos na área de turismo, se considerarmos àqueles publicados e disponibilizados pelo acesso livre na internet em bases de dados eletrônicas de periódicos científicos como SciELO – *Scientific Electronic Library Online*, Periódicos CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e SPELL – *Scientific Periodicals Electronic Library*. Além disso, discutir a cooperação técnica para o desenvolvimento turístico se apresenta relevante no contexto de novas formas de turismo identificadas nas chamadas cidades criativas, onde se observa manifestações de turismo criativo.

Nesta pesquisa, parte-se do pressuposto que a cooperação técnica seja uma forma de geração de desenvolvimento do turismo nas cidades criativas, pois proporcionam novos conhecimentos e oportunidades, promovem a capacitação de pessoas e auxiliam na busca

de soluções para os problemas nas organizações, por meio da internacionalização dos conhecimentos técnicos e tecnológicos diversos que podem ser compartilhados entre os países do Mercosul.

Assim, esse estudo tem o objetivo de discutir o potencial da cooperação técnica para o desenvolvimento do turismo em cidades criativas no âmbito do Mercosul. Este objetivo se justifica por promover um aprofundamento teórico envolvendo três eixos temáticos da maior grandeza para o setor turístico e, ainda, pouco explorado em trabalhos acadêmico-científicos ou mercadológicos, que possam resultar em geração de conhecimento e promoção do desenvolvimento entre os países do Mercosul. Assim, identifica-se a contribuição ímpar desse estudo, pois na produção científica de turismo (teses, dissertações, artigos e livros) essa temática ainda é uma lacuna, visto que, os estudos sobre cooperação técnica no Mercosul, envolvendo as cidades criativas em prol do desenvolvimento turístico são inexistentes, escassos ou incipientes. Além disso, vislumbra-se que a partir desse estudo seja possível maior interesse e aprofundamento, bem como a promoção de novas alianças de cooperação entre organizações de turismo no contexto da economia e das cidades criativas.

Percurso metodológico

Para este estudo teórico com teor ensaístico adotou-se a abordagem qualitativa, sendo empregados os métodos bibliográfico e documental. Os dados bibliográficos foram obtidos essencialmente em livros e periódicos científicos que tratam de leituras contemporâneas sobre cooperação técnica, turismo, criatividade, competitividade e desenvolvimento de cidades. Os dados documentais foram extraídos de portais da internet, projetos e relatórios técnicos disponíveis na internet de organizações públicas e não governamentais de âmbitos nacional e internacional como a Organização das Nações (ONU).

As fontes de todos os dados coletados foram referenciadas ao final deste trabalho, sendo os conteúdos obtidos, cotejados e organizados em duas seções categorizadas como: 1) Cooperação técnica e desenvolvimento turístico; e, 2) Potencialidades para o Mercosul: cidades criativas como ambientes atrativos para o turismo. Esta organização permitiu contextualizar e discutir conceitos e aspectos relacionados à cooperação técnica e ao desenvolvimento turístico em cidades criativas, enquanto potencialidades para os países do âmbito do Mercosul, lócus de referência para fins deste estudo.

Cooperação técnica e desenvolvimento turístico

O conceito e a metodologia da cooperação técnica foram instituídos pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1959, com o objetivo de promover o desenvolvimento socioeconômico. A cooperação horizontal fortalece as relações e o estreitamento dos laços políticos e econômicos dos países. A cooperação recebida do exterior é a internalização de conhecimentos técnicos disponibilizados por organismos internacionais (cooperação multilateral) na ótica de aceleração do processo de desenvolvimento nacional (Browne, 2002).

Destaca-se que a origem da cooperação técnica, em nível internacional, possui vários aportes teóricos (Oliveira & Luvizotto, 2011) e está fundada no desenvolvimento. A noção de cooperação técnica que pode ser sistematizada, segundo Poente (2010), em fases históricas: das lacunas, da dimensão social, do ajuste estrutural, do Pós-Guerra Fria e da boa governança. Afonso e Fernandes (2005) classificam a cooperação para o desenvolvimento de acordo com quatro critérios básicos: origem, canais de execução, instrumentos e nível de desenvolvimento dos países.

Para Cervo (1994, p.62) a cooperação internacional será adequada ao desenvolvimento autossustentado se “restringir-se à área científica e tecnológica, com responsabilidades e vantagens de ambos os lados; orientar-se para subáreas de maior impacto sobre as condições de vida da população; despir-se de todo caráter assistencial.”

Neste sentido, a cooperação técnica internacional revela-se uma das modalidades da cooperação para o desenvolvimento, juntamente com a cooperação financeira, a ajuda humanitária, a cooperação científica e tecnológica e a ajuda alimentar. A cooperação técnica horizontal contextualiza-se nas relações entre os países em desenvolvimento, e a cooperação técnica vertical contempla as relações entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento.

Para a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, o objetivo da Cooperação Técnica Internacional (CTI) é o desenvolvimento socioeconômico, por meio da transferência de informações relevantes entre uma entidade internacional e um país, ou entre países, visando atingir objetivos acordados entre os envolvidos, para um determinado setor produtivo. Tal objetivo visa contribuir para o adensamento das relações entre os países, a ampliação de intercâmbios, a geração, disseminação e utilização de conhecimentos técnicos, a capacitação de seus recursos humanos e fortalecimento das instituições.

A cooperação técnica abrange toda a gama de atividades de ajuda destinadas a desenvolver os recursos humanos, através de uma melhoria dos níveis de qualificação, conhecimentos, know-how técnico e aptidões produtivas de um país em vias de desenvolvimento. Um objetivo particularmente importante da cooperação técnica é o desenvolvimento institucional baseado no desenvolvimento dos recursos humanos, isto é, contribuir para o reforço e melhoria do funcionamento das numerosas instituições indispensáveis ao desenvolvimento sustentável através da gestão e funcionamento eficazes de uma economia e da sociedade em geral (OCDE, 2012, p.61).

A Cooperação Técnica (CT) absorve, no mínimo, cerca de 25% da ajuda pública ao desenvolvimento (APD) global, sobretudo, para financiar cooperantes e bolsistas. É instrumento central da política de cooperação para o desenvolvimento. A cooperação técnica abrange: 1) donativos a nacionais dos países para formação ou estudo no país ou no exterior; 2) pagamentos a consultores, conselheiros, professores e administradores que estão nos países receptores. Todas as atividades de CT incluem transferência de capacidades, habilidades ou conhecimentos para o país de destino da ajuda e envolvem

estudos para melhorar a realidade, integrar um cooperante para reforçar os quadros técnicos de que o país dispõe; dar formação ou capacitação aos quadros locais, ou formação genérica para fortalecimento da capacidade institucional (OCDE, 2012).

O escopo da CT era a formação acadêmica em universidades dos países doadores e a formação local de profissionais das instituições. Desde os anos 1980, o foco é capacitações humanas e institucionais (*capacity building*) e fortalecimento de instituições frágeis. Nos anos 1990, enfatizou-se a reavaliação da CT, e a *capacity building* tornou-se fundamental para agências doadoras, como o PNUD e o Banco Central (PNUD, 2013).

A cooperação horizontal fortalece as relações e o estreitamento dos laços políticos e econômicos dos países. A cooperação recebida do exterior é a internalização de conhecimentos técnicos disponibilizados por organismos internacionais (cooperação multilateral) e por países mais desenvolvidos (cooperação bilateral), na ótica de aceleração do processo de desenvolvimento nacional. Para Puente (2010, p. 40) não se pode, sob pena de perder a perspectiva, dissociar a CT da cooperação para o desenvolvimento lato sensu, ou seja, a espécie (CTI), do gênero cooperação para o desenvolvimento.

Para Browne (2006, apud Puente 2010, p. 42), ainda que os países subdesenvolvidos tivessem matérias-primas e mão de obra, o pensamento econômico fundamentava-se na sua escassez de capital, para além da perspectiva keynesiana, de assistência externa e de entrada de capital exógeno, a assistência técnica era essencial para suprir as limitadas reservas de conhecimentos, cujos indicadores eram a deficiência organizacional e institucional e a precariedade da mão de obra.

Puente (2010) enumera as motivações da cooperação para o desenvolvimento: 1) morais, altruísticas e humanitárias; 2) políticas e geoestratégicas; 3) econômicas e comerciais; 4) históricas e culturais; 5) considerações ambientais e fluxos migratórios; e 5) os interesses dos países recipiendários.

Quanto ao conceito, para Puente (2010, p.74), a cooperação técnica internacional (CTI) é “processo multidisciplinar e multisetorial que envolve, normalmente, um país em desenvolvimento e outro(s) ator(es) internacionais (país ou organização multilateral), os quais trabalham juntos para promover, mediante programas, projetos ou atividades, a transferência de conhecimentos, técnicas, experiências bem-sucedidas e tecnologias, com vistas à construção e desenvolvimento de capacidades humanas e institucionais do país em desenvolvimento”.

A primeira fase do processo conceitual foi do final da década de 1940 até o início da década de 1970, quando a denominação assistência técnica, foi substituída por cooperação técnica pela Assembleia Geral da ONU, a fim de mudar a conotação filantrópica do país doador e de dependência do país recipiendário. Na década de 1980, enfatizou-se a transferência de conhecimento, por meio de consultorias, de programas de capacitação e de material didático pelos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento (Browne, 2002).

Vários foram os problemas identificados no processo histórico da implementação da cooperação técnica. A verticalidade da relação e a assimetria entre os países doadores,

desenvolvidos, e os países recipiendários ou em desenvolvimento (PED), e o interesse comercial implícito na estratégia não altruísta dificultaram a realização de seus objetivos e limitaram seus resultados. No contexto de dominação pelos países desenvolvidos, não houve efetiva participação dos atores dos países recipiendários a fim de se adequarem as estratégias da CTI às realidades socioeconômicas e culturais dos países em desenvolvimento. O Consenso de Washington cooptou os PED à demanda pela CTI.

Com as análises críticas dos resultados, na década de 1990, intensificaram-se as necessidades de fortalecimento institucional e de capacitação dos atores locais dos PED, a fim de torná-los mais autônomos politicamente e mais independentes economicamente. Boa governança, apropriação local, parceria e sustentabilidade tornaram-se diretrizes fundamentais do novo conceito de cooperação técnica internacional. Nesse sentido, ainda que com certo viés de verticalidade e assimetria, destacou-se a cooperação técnica entre países em desenvolvimento (CTPD) no contexto da horizontalidade das relações Sul-Sul (Souza, 2012).

Em estudo sobre os casos da Brasil, da Índia e da China, no contexto da cooperação para o desenvolvimento Sul-Sul, Souza (2012, p. 85) constata diferenças relacionadas às distintas motivações na concessão, onde a “Índia e China buscam primordialmente benefícios econômicos – e em particular o acesso a fontes de energia e matérias-primas – e estratégicos, enquanto o Brasil visa também ao *soft-power* e à projeção de prestígio internacionalmente”. Além disso, há relativamente poucos estudos empíricos disponíveis sobre a cooperação para o desenvolvimento Sul-Sul.

[...] Não dispomos de dados confiáveis sobre as origens e os destinos dos recursos; tampouco dispomos de arcabouço conceitual minimamente aceito que nos permita estabelecer critérios para distinguir a cooperação (ou assistência) para o desenvolvimento de outros tipos de cooperação, como a militar, e dos empréstimos, exportações de serviços ou investimentos estrangeiros diretos. A definição de “assistência para o desenvolvimento” adotada pelo Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é útil para os propósitos dessas distinções, mas não é adotado pela maior parte dos países em desenvolvimento, que não fazem parte do CAD (Souza, 2012, p. 76).

A cooperação técnica deve ser contextualizada no referencial teórico do desenvolvimento socioeconômico, cuja condição é a significativa alteração na estrutura produtiva. Para Afonso e Fernandes (2005) vários fatores sugerem que se a CT foi importante no passado, maior relevância poderá ter no futuro: (i) as novas explicações da teoria do conhecimento – teoria do conhecimento endógeno – assentes nos processos de dinamismo econômico e de mudança social; (ii) as condições que são necessárias, no país receptor, para que a ajuda seja eficaz. Ambos os fatores apontam o papel crucial que as capacidades humanas têm, bem como o quadro institucional que as acolhe no desenvolvimento do país. E é justamente para a promoção dessas capacidades humanas e institucionais que a CT se orienta.

Para o desenvolvimento socioeconômico, liberdade de escolha e participação cívica nos processos de decisões dos destinos sociais e institucionais são determinantes (Sen, 2000; North, 2001). A participação popular e a democratização do acesso às oportunidades e aos benefícios do crescimento econômico viabilizam-se por meio da educação e da capacitação para a ação, com base no esclarecimento sobre os desafios da mudança da realidade (Perroux, 1967).

Desta forma, a cooperação técnica pode ser retomada significativamente no século XXI visando o desenvolvimento das cidades, regiões e países por meio do turismo, que pode ser apropriado de diversas maneiras pelas culturas e modos de produção nas cidades. Para Emmendoerfer e Soares (2014), o desenvolvimento turístico é algo imbuído de dualidade, porque atua como uma atividade econômica que transforma os espaços em produtos e serviços comercializáveis (podendo massificar culturas e atendendo as necessidades dos que vem de fora em detrimento dos residentes), ao mesmo tempo gera oportunidades de ganhos para a comunidade onde a atividade se estabelece.

Nas últimas duas décadas, as discussões teóricas sobre desenvolvimento turístico têm congregado a sustentabilidade em suas diferentes dimensões (Dymond, 1997; Hall, 2004; Barretto, 2005; Beni, 2008; Tomazzoni, 2009; Ruschmann, 2010), bem como a hospitalidade (Parasuraman, Zeithaml & Berry, 1985) e a competitividade (Mota, Vianna & Anjos, 2013; Asthon, Tomazzoni & Emmendoerfer, 2014). Todavia, nenhum desses estudos tem tratado o desenvolvimento turístico em cidades criativas, que se acredita envolver um rol de peculiaridades, que formatam um novo tipo de turismo e de turistas, o chamado turismo criativo.

Assim, para se pensar incluir as cidades criativas como vetores de desenvolvimento turístico em mecanismos de cooperação técnica é importante compreender o contexto das cidades criativas enquanto fenômeno contemporâneo mundial.

Potencialidades para o Mercosul: cidades criativas como ambientes atrativos para o desenvolvimento turístico

Sobre as cidades criativas, destacam-se as investigações de Charles Landry, considerado pela comunidade científica internacional o criador deste termo. Para Landry (2013) o surgimento das cidades criativas pode estar associado a vários processos, entre eles o de gentrificação; de revitalização dos lugares desvitalizados da cidade, dando novas estéticas aos objetos do cotidiano e atribuindo-lhes um novo valor e, ainda mantendo as referências físicas e simbólicas de sua memória e história, no intuito de vencer desafios como: conviver com a grande diversidade e diferença; abordar a agenda da sustentabilidade; repensar o seu papel para sobreviver econômica, social e culturalmente.

Conforme Landry (2013) o projeto das cidades criativas deve buscar a combinação entre a cultura local e seus recursos, no processo de reinventar a cidade (setor público, organizações comunitárias e empresas privadas) dando-lhes vantagens estratégicas que possam refletir em benefícios para a população. São ambientes dinâmicos e em constantes adaptações às necessidades econômicas e de qualidade de vida urbana. São fruto das

transformações econômicas, políticas e socioculturais ocorridas no mundo como reflexo dos avanços das comunicações e do aumento da população nas zonas urbanas. As cidades devem ser recriadas e regeneradas como espaços de continuidade e permanente valorização das questões culturais locais (Emmendoerfer & Ashton, 2014).

Em 2004 a UNESCO, criou a Rede Cidades Criativas, atualmente com 69 cidades membro, 32 países, em 7 áreas da indústria criativa, no intuito de alcançar uma requalificação dos espaços urbanos que venham associadas ao reconhecimento e difusão de novas práticas culturais e novos investimentos econômicos, que possam gerar riquezas socioculturais e econômicas (Valverde, 2012). O redesenho das cidades para torná-las criativas também foi tema da Conferência de Istambul, em 2010 – *Cities as Creative Spaces for Cultural Tourism* – CCSCT, quando Istambul foi declarada a Capital Europeia da Cultura, pois reúne origens, línguas, crenças e tradições juntas na mesma cidade, diferenciando o estilo de vida dos residentes e agregando no interesse dos turistas (UNESCO, 2015).

Nesse contexto, Reis e Kageyama (2011) organizaram uma publicação que reuniu a opinião de 18 estudiosos mundiais sobre as cidades criativas, na qual suas ideias convergem em vários pontos, entre eles evidenciam que uma cidade que se pretende criativa deve ser constituída por três características fundamentais: inovações – as cidades criativas são as que vivem em permanente estado de mudanças, com soluções inteligentes e práticas para problemas cotidianos (tolerância e democracia), ou ainda, todo tipo de processo novo que possa gerar novos produtos e serviços ou que ainda utilizem velhos evitando o consumo de novos, que sejam de utilidade para a sociedade; conexões – todas as formas de ligar coisas, fatos, sociedade, cultura e estabelecer novos caminhos, podendo ser das mais diversas ordens, como: passado e futuro (históricas), diversidade (reunindo pessoas com culturas, profissões, comportamentos e opiniões distintos), público e privado (governança), local e global (assegurando as especificidades de cada cidade, mas conectadas com o resto do mundo); cultura – é um conjunto de valores e códigos compartilhados ou ainda o impacto econômico das manifestações, produções e patrimônio. A cultura nas cidades criativas se manifesta através de quatro formas mais visíveis como o conteúdo cultural – produtos, serviços, patrimônio material e imaterial, e manifestações de caráter único; indústrias criativas – abrange cadeias culturais, da criação à produção, do consumo ao acesso e na geração de impacto econômico; formação de ambiente criativo – convivência de diversidades e manifestações, fontes de inspiração para olhares e ideias diferentes.

As cidades criativas são espaços urbanos que podem ser vistos por distintas óticas: da atração de talentos e investimentos; do combate às desigualdades e violência; da revitalização de áreas degradadas; da promoção de clusters criativos; da transformação das cidades em polos criativos mundiais; de reestruturação do tecido socioeconômico urbano baseado nas especificidades locais. Além disso, as cidades criativas se beneficiam da importância histórica, geográfica e econômica, unem grupos, afeta economias, troca ideias, concentra capital, empregos e desenvolvimento (Landry, 2013).

Nesse enfoque, sublinha-se a economia da experiência que reconhece o valor da originalidade, dos processos colaborativos e a prevalência de aspectos intangíveis na

geração de valor, ancorada na cultura e em sua diversidade; da economia do conhecimento que se apoia na tecnologia, mão de obra capacitada e geração de direitos de propriedade intelectual; da economia da cultura que propõe a valorização da autenticidade e do intangível cultural único, inimitável (Reis & Kageyama, 2011).

Conforme Landry (2013, p. 13) os habitantes das cidades criativas não podem se acomodar na zona de conforto, daquilo que já é conhecido e testado, porque “uma cidade criativa estimula a inserção de uma cultura de criatividade, no modo como se participa da cidade”, ingrediente que figura entre o principal atrativo dos criativos e talentosos. A ambiência nas cidades criativas é distinta e propícia para a criação de inovações, tem um papel como eixo econômico, criador de identidade urbana ou fator de geração de turismo e imagem.

Para Vivant (2012) as cidades criativas são fundadas nas manifestações de singularidade e de criatividade da classe de profissionais criadores e da boemia artística, os verdadeiros agentes da transformação do ambiente urbano, onde a produção de bens e serviços é caracterizada pelas maneiras de inventar constantemente novas formas e pela capacidade de se renovar, de fazer emergir outros modos inventivos, “diferentes, radicais marcados pelo rompimento com os panoramas banalizados e rotineiros de uma cidade estandardizada” (Vivant, 2012, p. 87).

Florida (2011) defende que o sucesso das cidades depende do fator de atração e retenção de uma classe de profissionais talentosos e criativos. Estabelece alguns indicadores para que se possa reconhecer uma cidade criativa: o talento – se refere ao número de pessoas com ensino superior e mestrados completos; a tecnologia – diz respeito ao número de diplomas técnicos; a tolerância – que deve ser avaliada sob três índices, o primeiro mede a diversidade (taxa de pessoas nascidas no exterior), o segundo se refere ao número de pessoas hipermodernas, que inventam sua própria vida e seu próprio modelo, e o terceiro diz respeito a boemia artística, composta por músicos, bailarinos, fotógrafos, autores, entre outros.

Para Ashton, Tomazzoni e Emmendoerfer (2014), as principais características das cidades criativas são as políticas integradas de desenvolvimento local/regional; o planejamento e gestão urbana integrada; o urbanismo funcional e arquitetura inovadora; as conexões horizontais e não hierárquicas; as políticas culturais e oferta diversificada de atividades; a economia da cultura do conhecimento; a gestão criativa das empresas e organizações; o turismo cultural e criativo; o marketing territorial e branding; a inovação tecnológica, criatividade artística e boa gestão empresarial dos produtos culturais; o estímulo à criatividade e seu reconhecimento; a construção de governança por meio de uma visão partilhada (setor público, privado e sociedade civil); a presença de uma classe criativa. Nesse contexto, as cidades criativas estarão fundadas a partir de um novo conceito de cidade mais dinâmica, responsáveis pela atração de investimentos e de talentos, pois são ambientes: a) Marcados pela presença de artistas residentes; b) Beneficiam-se da importância histórica, geográfica e econômica; c) Criação e promoção de clusters criativos;

d) Revitalização de áreas degradadas; e) Grande produção artística e cultural criativa; f) Transformação da criatividade em produtos comercializáveis;

Em suma, as cidades criativas promovem uma interatividade muito maior, são interligadas, tolerantes e atraentes que buscam valorizar a diversidade cultural da população com ingredientes criativos e identitários de sua cultura, contribuindo ainda para a geração de economia e de qualidade de vida.

As cidades criativas podem ser compreendidas como ambientes favoráveis à produção de bens e serviços culturais criativos e ambientes de consumo desses bens e serviços, em especial, de interesse para os turistas na atualidade. A atmosfera composta pela diversidade cultural das cidades criativas atrai grandes fluxos de turistas, devido a geração de produtos e serviços diferenciados (Andersson, 2005).

O consumo turístico nas cidades criativas também pode ser pautado pelo imprevisto, pois convida à redescoberta das qualidades da cidade cosmopolita: “lugar de alteridade, de encontros imprevistos, de experiências inéditas, de anonimato, de invenção de novas maneiras de ser e de fazer, de multidões e de diversidade de recursos” (Vivant, 2012, p. 87).

Desse modo, o fermento da produção e do consumo turístico nas cidades criativas são a atmosfera e a ambiência constituída pelas inovações, conexões e cultura, e o tempero é a experiência das dinâmicas e manifestações cotidianas constantes do que ainda não foi testado, experimentado, daquilo que se formou no dinamismo do dia a dia nas cidades criativas. Onde o estilo de vida não foi planejado, imitado ou importado, ele é tecido no cotidiano e reflete os saberes e fazeres diários do lugar. Algumas das características que compõe esta ambiência das cidades criativas foram expostas na Tabela 01.

Tabela 1: Características das Cidades Criativas.

Laboratórios da criatividade
Ambiência e atmosfera propícia à criação de bens tangíveis com valores intangíveis
Atraem e retém criativos e talentosos capazes de gerar produtos culturais com valor econômico agregado
Se beneficiam da importância histórica, geográfica e sociocultural
Concentram capital gerando emprego e renda
Criação e promoção de clusters criativos
Dinamismo e transformações constantes em benefício da comunidade
Geram novas preferências, novos valores, novos modos e estilos de vida, impondo uma nova ordem mundial: a valorização da cultura criativa na sua essência
Suas dinâmicas de produção se dão a partir do capital cultural inerente às cidades criativas

Fonte: elaboração dos autores.

Com base nas características da ambiência das cidades criativas apresentada na Tabela 01, Florida (2011) sublinha a importância do turismo entre os fatores geradores de desenvolvimento, porque os turistas vêm em busca de experiências por meio do consumo de produtos no local da produção, gerando, desse modo, um ambiente decisivo no desenvolvimento regional. Conforme Miranda (2009) a cidade criativa acumula o capital cultural da população e vive nessa atmosfera cultural criativa promovendo novos arranjos, novos produtos e novos consumos, gerando uma transformação nas preferências pessoais,

provocando a valorização da produção e consumo fundados na cultura da criatividade, ou seja, aquilo que não pode ser copiado – o substrato cultural – componente inerente da sociedade do conhecimento.

Assim, a produção e o consumo dos bens e serviços de interesse para o turismo se dão em espaço socialmente modificados e compreendem o conjunto de elementos materiais transformados pelas práticas econômicas, apropriados pelas práticas políticas e constituídos em significação pelas práticas sociais, culturais e ideológicas. Conforme Reis (2012) a produção e consumo de bens e serviços nas cidades criativas promovem o desenvolvimento baseado na cultura, portanto não podem obedecer a nenhum modelo importado, devem produzir para os residentes e visitantes em permanente estado de inovação, repensando o viver na cidade, propondo novos usos do patrimônio e o diálogo com os seus habitantes.

As cidades criativas buscam a competitividade econômica e a qualidade de vida urbana. A criatividade surge como diferencial competitivo, produzindo produtos e serviços com propostas novas e apontando novas vocações para nossas cidades. Para tanto, as cidades criativas enfrentam novos desafios, entre eles a capacitação para o trabalho qualificado, o envolvimento da sociedade civil no processo de produção, de fruição dos bens e do consumo desses bens. Esses desafios podem ser tratados em políticas e planos de desenvolvimento turístico envolvendo cooperação técnica.

Desde 2012, enquanto potencialidade para o Mercosul, há indicadores que indicam tratar desses desafios que são os planos e estudos realizados nos últimos anos pelo governo federal no Brasil, que incluem o turismo como elemento contributivo para o desenvolvimento da economia e das cidades criativas.

Um plano importante foi o da Secretaria de Economia Criativa (SEC) do Ministério da Cultura (MinC) no Brasil, que indicava ações para o período de 2011 a 2014, visando atender um planejamento com horizonte decenal, de 2011 a 2020. Algumas dessas ações (Brasil, 2011) envolvem o turismo cultural, em parceria com Ministério do Turismo (MTur) no projeto economia da experiência com estudos de competitividade para o desenvolvimento turístico regional, assim como em projetos de Turismo Comunitário e Cidades do Turismo de Experiência, visando articular e promover a institucionalização de cidades criativas, como um dos possíveis tipos de territórios criativos (Emmendoerfer & Ashton, 2014) a serem desenvolvidos com o turismo.

Outro estudo relevante foi o realizado por Madeira (2014) para auxiliar o Ministério das Relações Exteriores em ações diplomáticas para a política externa brasileira, e em projetos de cooperação técnica com foco no desenvolvimento da economia e de cidades criativas no Brasil. Neste estudo, há discussões envolvendo outros países de referência no contexto da economia criativa, indicando inclusive a relação do turismo neste contexto. Todavia, este estudo, apesar de sua riqueza, trata de modo incipiente o desenvolvimento do turismo de cidades criativas, mas comenta a importância e o potencial da economia criativa para os países do Mercosul. Segundo Madeira (2014, p.236, *grifo nosso*), houve esforços da Secretaria de Economia Criativa do MinC do Brasil em realizar articulações para cooperação internacional:

[...] entre institutos de pesquisa e observatórios com vistas à integração regional em economia criativa e à eventual formação de **uma rede de cidades criativas do Mercosul**. Outra Comissão diretamente relacionada ao desenvolvimento da economia criativa é a do Sistema de Informação Cultural do Mercosul (Sicsur), coordenada pela Argentina, mas sobre a qual o Brasil tende a exercer papel mais preponderante em vista do interesse e do avanço do tema no âmbito da SEC. Durante seminário do Sicsur, em setembro de 2012, **foi assinado acordo entre dirigentes culturais dos países que estabelece a coordenação brasileira no levantamento de informações estatísticas para mensurar o comércio de produtos culturais dos países do Mercosul**, que ficará a cargo da SEC.

Somado a isso, existem possibilidades de cooperação técnica para o desenvolvimento turístico em cidades criativas no Mercosul, envolvendo inicialmente dois países, Argentina e Brasil. Esses dois países já possuem cidades como Buenos Aires, Curitiba e Florianópolis, na rede de cidades criativas da UNESCO. Vale comentar que a inserção dessas cidades nesta rede possa tornar efetivo o início da constituição de uma Rede de Cidades Criativas do Mercosul. Em razão disso, é fundamental a cooperação técnica, envolvendo profissionais do turismo e áreas afins, entre cidades criativas de diversos países. Cidades criativas, cujo turismo é atividade econômica representativa, tanto dos países desenvolvidos quanto os do âmbito do Mercosul, que podem cooperar tecnicamente para o desenvolvimento turístico contemporâneo.

Conclusões

Este artigo contribui com a indicação da importância da retomada de estudos pela comunidade acadêmica sobre cooperação técnica para o desenvolvimento turístico, diante do fenômeno das cidades criativas no mundo, e mais recente, em alguns países do Mercosul. Além disso, revelou potencialidades e de novas ações de articulação a cooperação técnica e o desenvolvimento turístico em cidades criativas no âmbito do Mercosul, das quais a comunidade científica da área de turismo e afins devem assumir papel ativo, por meio dos órgãos governamentais e empresas, bem como da discussão deste fenômeno em fóruns, conferências e agendas de pesquisa. Além de ser uma área que atuar de modo propositivo junto aos planos governamentais já existentes no Brasil e na UNESCO.

Todavia, esses estudos revelam outros desafios intrínsecos como a necessidade de parcerias multidisciplinares e de um olhar interdisciplinar para com este fenômeno, porque o mesmo requisita diversas competências que provavelmente extrapolam a formação proposta em nível de graduação e pós-graduação no turismo. Dois pontos de partida para os interessados no objeto deste artigo, mas não únicos, seriam: 1) identificar as linhas de atuação em pesquisa dos diversos grupos existentes na área de ciências sociais e humanas que trabalhem com o eixo turismo, criatividade e desenvolvimento; 2) conhecer o manual de gestão da cooperação técnica sul-sul (Brasil, 2013) visando a sua aplicação no contexto do turismo enquanto um vetor de desenvolvimento local e global.

Logo, conclui-se, que as possíveis cooperações técnicas para o desenvolvimento de cidades criativas podem representar oportunidades de estudos para os pesquisadores e de trabalho remunerado para egressos da área de turismo interessados neste contexto no Mercosul. Entretanto, para sua qualidade, isso requisitará trabalho em equipe, envolvendo pessoas com experiências de outras áreas de conhecimento ligadas a administração pública, cultura e artes.

Referências

- Afonso, M. M. & Fernandes, A. P. (2005). *ABCD: Introdução à cooperação para o desenvolvimento*. Lisboa: Instituto Marquês de Valle Flôr.
- Andersson, A. (2005). Criatividade e desenvolvimento regional. *Regional Science*. 56, p.5-20.
- Ashton, M. S. G. (2013). Cidades Criativas: análise reflexiva das relações com o Turismo. In: Dusan Schreiber. (Org.). *Inovação e Aprendizagem Organizacional*. Novo Hamburgo: Feevale, v. 1, pp.230-245.
- Ashton, M. S. G., Tomazzoni, E. L., & Emmendoerfer, M. L. (2014). Elementos para a validação de cidades criativas como destinos turísticos competitivos. *TURyDES*, 7(17). Recuperado de <http://www.eumed.net/rev/turydes/17/cidades-criativas.html>
- Barretto, M. (2003). O imprescindível aporte das Ciências Sociais para o planejamento e a compreensão do turismo. *Horizontes Antropológicos*, 9(20), 15-29.
- Beni, M. C. (2008). *Análise estrutural do turismo*. 13.ed. São Paulo: SENAC.
- Brasil. (2011). *Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações 2011–2014*. Brasília. Recuperado de <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2012/04/livro-portuguesweb.pdf>.
- Brasil. (2015). *Agência Brasileira de Cooperação*. Ministério das relações exteriores. Recuperado de <http://www.abc.gov.br/>
- Brasil. (2013). Manual de gestão da cooperação técnica sul-sul Agência Brasileira de Cooperação. Ministério das relações exteriores. Recuperado de http://www.abc.gov.br/Content/ABC/docs/Manual_SulSul_Final-Diagramado_Corrigido_23-04-2014.pdf
- Browne, S. (2002). *Developing capacity through through technical cooperation: country experiences*. New York: Earthscan – UNPD.
- Buhalis, D. (2000). Marketing: the competitive destination of future. *Tourism Management*, 21(1), 97-116.
- Cervo, A. L. (1994). Socializando o desenvolvimento: uma história da cooperação técnica internacional do Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 37(1), p. 38-63.
- Dymond, S. J. (1997). Indicators of sustainable Tourism in New Zealand: a local government perspective. *Journal of Sustainable Tourism*, 5(4), 279-293.
- Emmendoerfer, M. L., Soares, E. B.S. Análise do desenvolvimento turístico e da denominação designada pelo governo para qualificar cidades como destinos indutores do turismo em Minas Gerais, Brasil. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, Aveiro, 3(21/22), p.139-151. Recuperado em <https://www.ua.pt/ReadObject.aspx?obj=34847>
- Emmendoerfer, M. L.; Ashton, M. S. Territórios Criativos e suas Relações com o Turismo. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 3(21/22), p.139-151, 2014. Recuperado de <https://www.ua.pt/ReadObject.aspx?obj=34847>

- Florida, R. (2011). *A Ascensão da Classe Criativa: e seu papel na transformação do trabalho, lazer, comunidade e cotidiano*. Porto Alegre, RS: L&PM.
- Hall, C. M. (2004). *Planejamento turístico*. 2.ed. São Paulo: Contexto.
- Landry, C. (2013). *Origens e Futuros da Cidade Criativa*. São Paulo: SESI-SP.
- Madeira, M. G. (2014). *Economia criativa: implicações e desafios para a política externa brasileira*. Brasília: FUNAG. Recuperado em <http://funag.gov.br/loja/download/1096-economia-criativa.pdf>.
- Miranda, R. (2009). [Rio] Cidade Criativa: cultura como quarto pilar do desenvolvimento. Fórum Internacional Rio Cidade Criativa. Recuperado de http://cidadecriativa.org/download/Rio_Cidade_Criativa_Cultura_como_Quarto_Pilar_do_Developolvimento.pdf
- Mota, K. C. N., Vianna, S. L. G., Anjos, F. A. (2013). *Competitividade das destinações turísticas: estudo de casos brasileiros*. São Paulo: Atlas.
- North, D. C. (2001). *Instituições: cambio institucional y desempeño econômico*. México: Fondo de Cultura Económica.
- OECD. (2012). *Development Co-operation Report 2012*. Recuperado de <http://www.oecd.org/dac/dcr2012.htm>
- Oliveira, M. F. de, & Luvizotto, C. K. (2011). Cooperação técnica internacional: aportes teóricos. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 54(2), 05-21. Recuperado em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292011000200001&lng=en&tlng=pt.10.1590/S0034-73292011000200001
- Parasuraman, A., Zeithaml, V.A., Berry, L. L. (1985). A conceptual model of service quality and its implications for future research. *Journal of Marketing*, 49(1),41–50.
- Perroux, F. (1967). O desenvolvimento. In J. C. G. Durand, *Sociologia do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Puente, C. A. (2010). *A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento da política externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento – CTPD – 1995-2005*. Brasília: FUNAG.
- Reis, A. C. F. (2012). *Cidades Criativas: da teoria à prática*. São Paulo: SESI-SP.
- Reis, A. C. F. & Urani, A. (2011). Cidades criativas: perspectivas brasileiras. In A. C. F. Reis & P. Kageyama (Eds.). *Cidades criativas: perspectivas* (pp.30-37). São Paulo: Garimpo de Soluções. Recuperado em http://www.santander.com.br/portal/wps/gcm/package/cultura/livro_70516/Livro_Cidades_Criativas_Perspectivas_v1.pdf
- Ruschmann, D. (2010). *Turismo e planejamento sustentável*. 16.ed. Campinas: Papirus.
- Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Souza, A. D. M. (2012). A cooperação para o desenvolvimento Sul-Sul: os casos do Brasil, da Índia e da China. *Cadernos Adenauer*. Recuperado de <http://www.kas.de/wf/doc/8634-1442-5-30.pdf>
- Valverde, R. R. H. F. (2013). A Rede de Cidades Criativas da UNESCO e o Desafio das Indústrias Culturais Latino-Americanas. *Reencuentro de Saberes Territoriales Latinoamericanos*, Perú. 2013. Recuperado em http://www.egal2013.pe/wp-content/.../07/Tra_Rodrigo-R-H-F-Valverde.pdf.
- Vivant, E. (2012). *O que é uma cidade criativa?* São Paulo: SENAC.
- UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. (2015). **Creative Cities Network**. Recuperado de <http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/creativity/creative-cities-network/who-are-the-members/>